

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.133 - RJ (2019/0039192-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : GUSTAVO LUIZ DE MIRANDA VALLE CALIXTO FERREIRA
(PRESO)
ADVOGADO : DEBORAH AZEREDO ARAUJO - RJ185900
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por GUSTAVO LUIZ DE MIRANDA VALLE CALIXTO FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - IRRESIGNAÇÃO COM A DECISÃO DE REGRESSÃO DO REGIME PRISIONAL DO PACIENTE PARA O FECHADO SEM A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO - PRELIMINAR DA DOUTA PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE NÃO CONHECIMENTO DO WRIT - CONHECIMENTO DO MANDAMUS PELO PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL - PACIENTE QUE, EM SEDE DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE, EXERCEU O DIREITO AO CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, SENDO ASSISTIDO POR DEFESA TÉCNICA - DECISÃO IMPETRADA EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NOS ARTS. 112 E 118, I, AMBOS DA LEP - AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA (fl. 46).

Consta dos autos que o recorrente foi regredido de regime prisional em razão da prática de falta grave (Execução n. 0444218-55.2014.8.19.0001). A defesa, porém, alega que não houve a realização de audiência de justificação, em ofensa ao art. 118, § 2º, da Lei n. 7.210/84. Assim, requer, inclusive em liminar, a nulidade do ato.

É o relatório.

Decido.

Ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo da Execução Penal.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

